

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
3

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Ao décimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, sito à Av. Rei Alberto I, n. 119, Ponta da Praia, em Santos – São Paulo, com a presença dos integrantes da Comissão, cujas assinaturas constam em lista de presença que faz parte desta ata. Com a palavra à Coordenadora Sra. Marina dá início à reunião solicitando a apresentação dos participantes e logo depois explanou os itens que constam na pauta. Diante da ausência de representantes da Escola Total, a plenária decidiu aguardar, uma vez que na reunião anterior foi tratada sobre a possibilidade de apresentação, não havendo a confirmação da presença, ainda que tenha constado no Diário Oficial. Posteriormente, a Coordenadora Marina pontuou sobre o ofício enviado à SEAS, solicitando o envio do relatório mensal acerca do trabalho executado através do Serviço Especializado de Abordagem Social a Crianças e Adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil. A mesma também ressaltou a necessidade de reflexão sobre qual seria o sentido da referida solicitação. Também foi pontuado sobre o dinamismo do trabalho de abordagem social e o que faremos enquanto CMPETI diante dos conteúdos expostos no relatório mensal da ASPPE. Foi discutido sobre qual seria a necessidade: aumento da equipe já existente ou criação de outra equipe nos horários descobertos pela equipe de abordagem da ASPPE. Ressaltada a necessidade de ações que vão além das identificações e sobre a complexidade em relação a crianças e adolescentes oriundos de outros municípios. Sra. Rose Gama – colaboradora, destacou a gravidade da problemática do tráfico de drogas e exploração sexual existente nas regiões dos morros. Sra. Raquel Cuellar pontuou que as piores formas de trabalho infantil, tais como: tráfico de drogas, exploração sexual e trabalho infantil doméstico, são desafiadores e necessitam de intervenções intersetoriais. Sra. Rose Gama ainda indicou que o Cecom Santa Maria não está trabalhando com a comunidade e enfatizou sobre a expectativa da comunidade em relação ao equipamento, sendo que esta não foi suprida. Ressaltou ainda que foi informada de que as pessoas interessadas em frequentar o Cecom Santa Maria, devem estar referenciadas no CRAS. A Coordenadora Marina contextualizou o trabalho do Cecom junto a proposta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Sra. Josilene – Coordenadora do CRAS sugeriu que durante as reuniões de território esta temática pudesse ser trabalhada e também para que as dúvidas existentes possam ser sanadas. Conselheiro Tutelar, Pedro Ferraz, verbalizou sobre a ocorrência de trabalho infantil na Área Continental. Sra. Marly

35 Carvalho informou sobre a importância do fornecimento oficial de dados através de
36 relatórios sistemáticos enviados através do Conselho Tutelar, para que seja construído um
37 diagnóstico real diante da ocorrência do trabalho infantil. Sr. Pedro informou que o
38 Conselho Tutelar da Zona Central realiza atendimentos quinzenalmente na Área
39 Continental e informou que irá solicitar ao conselho relatório sobre os dados. Também
40 sinalizou que os serviços públicos não estão presentes nas comunidades e que as
41 políticas públicas devem atuar com maior efetividade. Sr. Daniel Lemos, Coordenador da
42 Casa dos Conselhos, mencionou os serviços que eram executados de porta aberta e que
43 estes deveriam ser retomados. Sra. Rosemeire de Lima – representante da Secretaria de
44 Saúde enfatizou sobre a fundamental importância das ações da rede em conjunto,
45 destacou a Saúde como facilitadora no momento de entrada nas comunidades. Disse
46 sobre o valor dos Agentes Comunitários de Saúde, no sentido de que eles possuem
47 vínculos com a comunidade e conhecem a vivência real das diversas problemáticas
48 existentes no território, sendo que estes profissionais podem identificar situações de
49 trabalho infantil. Sra. Marly sugeriu a criação de equipes específicas para as diferentes
50 formas de trabalho infantil e solicitou que esta plenária não perdesse o foco destas
51 questões. Sra. Lucy Freitas apontou a dificuldade no acesso ao transporte para a
52 participação nas atividades de cultura e esporte. A Coordenadora Marina pontuou sobre o
53 foco nas discussões, sugerindo que devemos esgotar um tema por vez, caso contrário as
54 discussões ficarão esvaziadas e sem resolutividade. A plenária aprovou para a próxima
55 reunião a apresentação do Serviço Especializado de Abordagem Social a crianças e
56 adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil. A Subcomissão se organizou para
57 a análise do relatório mensal (mês de referência: julho) da ASPPE, sendo esta composta
58 por: Marina Penteado – Coordenadora da CMPETI, Pedro Ferraz – Conselho Tutelar,
59 Beatriz - CAMPS e Rose Gama – Colaboradora. Não houve inscritos para os assuntos
60 gerais. E sem mais nada a falar encerra-se a reunião.

61

62
63
64

Marina Carvalho Penteado
COORDENADORA

Raquel Cuellar do Nascimento
SECRETÁRIA